

MOVIMENTOS SOCIAIS

Marlene Lucia Siebert Sapelli¹

Introdução

Temos vivido numa sociedade que, para manter seu *status quo*, precisa ser irracional. A irracionalidade da racionalidade que marca o momento atual tem produzido um impacto desumano. Os índices de miséria, de degradação e de exploração humanas chegaram a índices insuportáveis.

A expansão do capital mundial se realiza na cadência de uma enorme máquina impessoal. É como se fosse uma fantasmagórica sonda de prospecção e extração de petróleo, do tamanho aproximado do globo terrestre. A diferença é que com a sonda capitalista a prospecção e a extração vão além da exploração de recursos naturais. Seu objetivo é encontrar, organizar e extrair o máximo possível de sangue humano de bilhões de trabalhadores de todo o mundo, enfileirados nas linhas de produção de capital nas fábricas, fazendas, minas, transportes, etc. E o sangue humano extraído nessa globalização se metamorfoseia, se coagula nas formas sucessivas de valor, de mais-valia, mercadorias, lucro, juros, impostos, renda fundiária, aluguéis e outras formas de existência da irracionalidade, quer dizer, do ser capital. (MARTINS, 1999, p. 29)

Os instrumentos utilizados para garantir o acirramento desse processo contribuem, de um lado para promover o conformismo, a passividade, a desesperança e de outro, reações de contraposição. Os movimentos sociais, contraditoriamente, fazem parte e contribuem para realizar essas duas perspectivas. Por isso, ao analisá-los é preciso separar o joio do trigo. Há então, como discutiremos, movimentos sociais de manutenção e de ruptura.

Compreender a constituição dos movimentos sociais, especialmente os classistas, contribui para superar o mito de que o povo brasileiro é passivo e não se

¹ Professora da Unicentro, msapelli@unicentro.br

contrapõe ao modelo social hegemônico, o capitalismo e também para romper com a ‘inquestionável’ teoria do fim da história. Nem todos estão passivos diante do processo de desumanização que estamos construindo.

Para percebermos tais questões, faz-se necessário definirmos movimentos sociais; identificarmos os elementos que os compõem; diferenciarmos os movimentos classistas e não classistas e sua perspectiva de manutenção ou de ruptura e conhecermos sua constituição no processo histórico.

Objetivo

O trabalho tem por objetivo caracterizar movimentos sociais e problematizar sua vinculação com a luta de classes.

Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio de consultas bibliográficas referentes à temática proposta e participação em eventos realizados por movimentos sociais, bem como por contatos com integrantes dos mesmos.

Resultados

Num primeiro momento nos propusemos a definir o que é um movimento social. Nem toda ação coletiva articulada representa um movimento social. A torcida do Corinthians, por exemplo, é uma ação coletiva mas não é um movimento social no sentido que nos propusemos a discutir.

Tomazi et al (2000) contribuem com vários elementos para a compreensão do que seja um movimento social. Os autores indicam vários aspectos que contribuem para identificar um movimento social: a existência de um conflito; a consciência da situação de opressão que está relacionada intimamente à perspectiva de manutenção ou conservação; a existência de relações de poder e ação coletiva organizado com objetivos comuns. A partir da existência desses aspectos os autores chegam ao seguinte entendimento de movimento social: “trata-se da ação conjunta de homens, a partir de

uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais numa dada sociedade” (p. 216).

Para ampliar a compreensão do que seja um movimento social, buscamos também a contribuição de Gonçalves (s/d) que conceitua movimento social como a unidade de um grupo social em torno de um mesmo objetivo” e, fornece-nos elementos para não definirmos todos os movimentos sociais como se fossem a mesma coisa. Gonçalves diferencia movimentos sociais classistas e populares; reformistas (rebeldes) e revolucionários. Para o autor, os movimentos sociais classistas são “aqueles de representação de classes com lutas sociais oriundas das condições materiais e, por interesses econômicos” e os populares aqueles no interior dos quais não há luta de classes. Podemos exemplificar como movimentos classistas, em geral, aqueles relacionados com a luta pela terra, pela moradia, por melhores condições de trabalho, dentre outros. E como movimentos populares aqueles, em geral, relacionados com questões de gênero, de etnia, de luta por melhorias restritas a grupos específicos, dentre outros. Não consideramos classistas e não classistas, por si só mais ou menos importantes, uns em relação a outros. Precisamos compreendê-los como respostas diferentes às transformações sócio-históricas. Assim, a luta pela terra não é menos ou mais importante que a luta feminista.

Nesse sentido, Gonçalves nos provoca quando propõe uma reflexão sobre a perspectiva desses movimentos para percebê-los como rebeldes ou como revolucionários. O autor considera os movimentos rebeldes como reformistas, pois lutam para ganhar mais dentro da própria estrutura da sociedade e revolucionários aqueles que têm projeto estratégico para superar a atual estrutura social.

A precarização das condições de sobrevivência de grande parte da população tem sido um dos fatores que contribuem para o fortalecimento da perspectiva mais reformista do que revolucionária, pois submete essa grande maioria aos interesses de uma minoria dominante.

Outra contribuição importante no sentido de diferenciarmos os movimentos sociais é apresentada por Domingues (2007) ao propor um esquema de variáveis que deveriam ser levadas em conta ao analisarmos os movimentos sociais latino-americanos (e, ao nosso ver para todos):

- a) direcionalidade (fins, historicidade);

- b) motivações;
- c) acesso a recursos externos;
- d) estrutura interna (dimensões material/hermenêutica/espaço-temporal/de poder);
- e) nível de centralização (identidade/organização);
- f) mecanismos de coordenação (redes/hierarquias);
- g) condições sociais e ambiente interativo.

Os movimentos sociais são compostos por alguns elementos. Segundo Tomazi et al (2000), esses elementos são: projeto, ideologia e organização. O projeto é a proposta de um movimento, seus objetivos, suas metas, seu procedimento. A ideologia representa a “forma de pensamento que contém ao mesmo tempo idéias que correspondem às reais condições de vida e idéias falsas sobre essas condições” (p. 218), ou seja, os autores compreendem a ideologia como uma visão de mundo, como conjunto de concepções. A organização, por sua vez, está relacionada à dinâmica interna e externa dos movimentos e pressupõe uma certa organização hierárquica que pode apresentar-se mais descentralizada e ter sua direção mais coletiva do que quando vinculada a um corpo dirigente.

Segundo os autores, portanto, os movimentos sociais têm objetivos, concepções que dão sustentação às ações, dinâmica que caracteriza a relação entre os componentes dos movimentos e do movimento com o contexto mais amplo e a partir disso articulam ações para alcançar seus objetivos.

A partir do entendimento do que é movimento social e dos atributos que os diferenciam, consideramos igualmente importante apresentar elementos do contexto histórico para ampliar nossa compreensão acerca dos movimentos sociais. Como consideramos o movimento operário e sindical os movimentos mais importantes, é a partir deles que faremos a contextualização.

Para compreender os movimentos sociais que são movimentos humanos, precisamos compreender a própria história da humanidade. Os movimentos sociais fazem parte de todo percurso da história da humanidade, porém nos deteremos na análise do contexto marcado pela perspectiva capitalista².

² Para a contextualização história do movimento operário e sindical estaremos usando como referência Tomazi et al (2007).

Segundo Tomazi et al (2007), no início do século XVIII, com a introdução da maquinaria moderna na produção e com o uso de novas fontes de força, os trabalhadores foram submetidos a uma situação desumana (isso incluía mais de 14 horas diárias de trabalho, locais insalubres, exploração crianças e mulheres, baixos salários, acidentes, má alimentação, uso punições)³. Diante dessas condições os trabalhadores reagiram de várias maneiras: com greves ou quebrando as máquinas. Para combater a reação dos trabalhadores, em 1769, a Inglaterra, por exemplo, criou a pena de morte para quem quebrasse as máquinas. Houve proibição para a manifestação dos trabalhadores que foram reprimidos. Apesar disso, os trabalhadores continuaram a se organizar, mesmo que clandestinamente.

Mais tarde, em 1825, foram consideradas facultativas as reuniões em sindicatos e, em 1834 foi criada a primeira central sindical de trabalhadores com 150 sindicatos e um jornal para divulgar as discussões feitas (Voz do Povo).

Em 1847 a Liga Comunista (dela resultou o Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels) discutiu os fundamentos da luta operária e o papel do Estado nesse processo, bem como sua tomada pelo proletariado. Gradativamente o movimento operário foi se organizando em âmbito internacional.

Em 01/05/1886 houve várias manifestações de rua nos EUA que foram reprimidas pela polícia, tendo como conseqüência dezenas de feridos e mortos. Por isso, esse dia foi consagrado como data dos trabalhadores pelo Congresso de Bruxelas em 1891.

Todos esses acontecimentos ajudaram a formar um movimento operário com consciência crítica. Em 1917, com a revolução russa os operários tornaram-se ameaça real e isso somou-se à crise de 20 que também representou ameaça ao sistema capitalista.

A partir dos anos 40 foram articuladas várias políticas sociais no sentido de amenizar a situação e combater o avanço do movimento operário.

Vivemos nesse processo a transformação das relações de produção que foram produzindo alterações nas relações entre patrões e trabalhadores. Essas transformações são caracterizadas por diferentes fases e modos de produção que vão desde as manufaturas até o toyotismo, que se caracterizam pelo aprofundamento da

³ Dois filmes retratam de forma significativa esse período: Germinal e Daens: um grito de justiça.

exploração dos trabalhadores. Com a flexibilização das relações de produção e com o exército de reserva que se formou em consequência da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e da superpopulação existente atualmente, os sindicatos perderam a força ou foram cooptados. Poucos resistiram.

Movimentos sociais no Brasil

No Brasil, o movimento operário e sindical também esteve/está muito presente. Porém, no período do Brasil colônia os movimentos sociais representavam, em geral, a contraposição da classe dominante brasileira ao mando da classe dominante portuguesa e eram articulados no sentido de acomodar, segundo Tomazi et al (2000) os interesses das elites locais e da Inglaterra.

Um dos primeiros movimentos que se caracterizou por uma grande participação popular foi a Conjuração dos Alfaiates, em 1798, na Bahia pelo qual se propunha o fim da sociedade escravocrata e de todos os privilégios de classe (TOMAZI et al, 2000, p. 238). Outros movimentos o seguiram.

Além dos movimentos sociais que se articularam para o fim da sociedade escravocrata, ganharam força na história brasileira os movimentos sociais de luta pela terra. Muitos foram os conflitos sangrentos decorrentes da luta pela terra. Exemplos disso são: Canudos (1893-1897); Contestado (1912-1916); Guerrilha do Araguaia (1975); Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), dentre outros. Nesse processo foram criados três grandes movimentos que lutavam pela reforma agrária: Ultab (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), as Ligas Camponesas e o MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Durante a ditadura militar, os generais reprimiram violentamente os movimentos de luta pela terra. Hoje a luta pela terra continua forte e o movimento de maior expressão é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MORISSAWA, 2001).

O movimento operário ganhou importância significativa no Brasil a partir de uma greve realizada pelos trabalhadores gráficos do Rio de Janeiro em 1858. Os trabalhadores foram se organizando e logo no início do século foram criados os primeiros sindicatos. Segundo Tomazi et al (2000, p. 243)

os sindicatos surgiram, nos primeiros anos do século, influenciados pelas idéias anarquistas trazidas pelos imigrantes europeus e que marcariam o movimento operário de forma majoritária até o início dos anos 20.

Precisamos compreender essa influência dos trabalhadores europeus no processo de organização dos trabalhadores no Brasil, a partir do entendimento de que a revolução industrial, iniciou naquele continente já no final do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor que contribuiu para excluir muitos trabalhadores do processo formal de trabalho.

As greves por melhores condições de trabalho alcançaram o ponto alto entre 1917 e 1920, em consequência da Revolução russa e da crise de 20, como já discutimos anteriormente quando apresentamos o contexto mundial do movimento operário.

Quanto mais o Brasil avançou no processo de reestruturação das relações de produção mais as condições dos trabalhadores pioraram e isso provocou, com certeza, a organização dos trabalhadores.

Isso ganhou uma força especial em 1962 com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, em 1983 com a criação da Central Única dos Trabalhadores e em 1986 com a criação da Central Geral dos Trabalhadores.

Em vários momentos o movimento operário foi reprimido no Brasil, especialmente no período da ditadura. Porém, segundo Manfredi (1996, p. 196) “cada período de repressão e cassação de dirigentes era seguido de retomada e de reconquista de postos no interior do aparelho sindical”.

Além dos movimentos anti-escravistas, de luta pela terra e do movimento operário, teve importância também o movimento estudantil, especialmente durante o período da ditadura quando a UNE (União Nacional dos Estudantes) foi extinta e os líderes estudantis perseguidos. A UNE continuou a agir clandestinamente e em outubro de 1968 realizou um congresso, no interior do estado de São Paulo, no qual, em torno de 900 estudantes foram presos e interrogados. Segundo Aranha (1996), essa repressão provocou a radicalização do movimento estudantil. A resposta foi a implantação de um verdadeiro terrorismo nas universidades, chegando a provocar o exílio de pessoas ligadas a elas.

Novos movimentos sociais

As mudanças nas relações de produção do modelo capitalista tiveram como conseqüências a modernização dos meios de transporte, de comunicação, a exploração irracional do meio ambiente, a derrubada das barreiras nacionais, dentre outras e isso provocou desde a destruição do meio ambiente até precárias condições de trabalho, bem como alterações culturais. Essas transformações provocaram reações de confronto e indignação, lutas em defesa do meio ambiente, das etnias desvalorizadas. Dentre outras e a organização de movimentos sociais ecológicos, culturais (de gênero, étnico, religioso...) e outros. Segundo Tomazi et al (2000), todos esses movimentos, de alguma forma denunciam as contradições da sociedade capitalista em seus diversos níveis de relações.

Porém, a lógica capitalista acabou se apropriando de vários desses movimentos e hoje vemos uma corrida desenfreada por verbas públicas e privadas, não interessando inclusive a origem dessas verbas, para sustentar a institucionalização de muitos desses movimentos e dos luxos de seus executivos/organizadores.

Esse processo é facilitado, segundo Montaña (2002) pela fragilidade ou inexistência de um Estado de Bem Estar Social na maioria dos países, especialmente os latino-americanos e assim, cria-se uma rede de solidariedade público-privada. Segundo o autor a versão mais 'sofisticada' dessa concepção é o chamado 'terceiro setor' que vem assumindo papel substitutivo ao Estado e entendemos que às vezes fazem o papel de movimento social não classista.

Conclusões

No contexto apresentado podemos comprovar as diferenças existentes entre os movimentos sociais, apresentadas por Gonçalves no sentido de percebê-los como classistas e não classistas; reformadores ou revolucionários. Também podemos perceber que o chamado terceiro setor, que hoje representa a institucionalização de vários movimentos sociais, muitas vezes está articulado ao capital, numa perspectiva reformista e age no sentido de apenas amenizar os impactos das políticas econômicas adotadas em conseqüência do processo de mundialização do capital.

Se diminuiu a violência física para reprimir os movimentos sociais, aumentou significativamente o uso da violência simbólica e várias instituições a têm praticado no sentido de desmoralizar, inibir e desarticular esses movimentos. Curiosamente, entre essas instituições está grande parte da escola, da mídia e da igreja, dentre outras. Cabe então, refletir com seriedade sobre o papel do educador, esteja onde estiver, no sentido de reforçar o movimento social contra-hegemônico e não o movimento social que reproduz o *status quo* da sociedade capitalista.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

DOMINGUES, José Maurício. **Movimentos sociais latino-americanos**: características e potencialidades. En publicacion: Análise de conjuntura OPSA, número 2. Análise de conjuntura OPSA, 2007. Acesso al texto completo
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. **Movimentos sociais**. (s/d, mimeo)

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação Sindical**: História de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras, 1996.

MARTINS, José. **Os limites do irracional**: globalização e crise econômica mundial. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

TOMAZI, Nelson Dacio et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

